

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Anexo

Índice

Índice	2
1 Identificação da Entidade	2
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1 Bases de Apresentação	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5 Activos Fixos Tangíveis	8
6 Custos de Empréstimos Obtidos	9
7 Inventários.....	9
8 Rédito	10
9 Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
10 Benefícios dos empregados	10
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
13 Outras Informações.....	11
13.1 Investimentos Financeiros	11
13.2 Clientes e Utentes	11
13.3 Outras contas a receber	12
13.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
13.5 Fundos Patrimoniais.....	12
13.6 Fornecedores.....	13
13.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
13.8 Outras Contas a Pagar	13
13.9 Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
13.10 Fornecimentos e serviços externos.....	14
13.11 Outros rendimentos e ganhos.....	14
13.12 Outros gastos e perdas.....	14
13.13 Resultados Financeiros.....	15
13.14 Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

A “Fundação Nossa Senhora da Esperança” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de Solidariedade Social” com estatutos publicados; O registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 85/86, a fls. 93 Verso do Livro nº 3 e fls. 186 do Livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 19/07/2016; com sede em Rua Sequeira Sameiro – Castelo de Vide. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- 1 - A Fundação tem como fins exercer e/ou promover actividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade, e outras de natureza social.
- 2 – A Fundação desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas Cultural e da Formação e Qualificação Avançada.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

A “Fundação Nossa Senhora da Esperança” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de Solidariedade Social” com estatutos publicados; O registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 85/86, a fls. 93 Verso do Livro nº 3 e fls. 186 do Livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 19/07/2016; com sede em Rua Sequeira Sameiro – Castelo de Vide. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- 1 - A Fundação tem como fins exercer e/ou promover actividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade, e outras de natureza social.
- 2 – A Fundação desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas Cultural e da Formação e Qualificação Avançada.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	0

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo FIFO.

3.2.4 Rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.2.5 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “subsídios à Exploração” na demonstração de resultados.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Provisões específicas do sector.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

No período de 2018, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	1 948,32					1 948,32
Arquivos/ Museus	187 751,19					187 751,19
Bens móveis	0,00					0,00
Total	189 699,51	0,00	0,00	0,00	0,00	189 699,51

Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	334 811,07	2 811,07	332 000,00	334 811,07	2 811,07	332 000,00
Edifícios e outras construções	4 872 718,47	1 120 683,60	3 752 034,87	4 846 445,64	1 042 013,10	3 804 432,54
Equipamento básico	564 723,67	524 444,12	40 279,55	559 866,31	519 106,30	40 760,01
Equipamento de transporte	104 120,06	57 189,62	46 930,44	104 120,06	50 489,62	53 630,44
Equipamento biológico	179 117,01	34 559,40	144 557,61	179 117,01	32 598,36	146 518,65
Outros Ativos fixos tangíveis	203 875,47	100 553,95	103 321,52	202 474,65	97 457,44	105 017,21
Total	6 259 365,75	1 840 241,76	4 419 123,99	6 226 834,74	1 744 475,89	4 482 358,85

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	34 385,11	0,00	34 385,11	33 688,00	0,00	33 688,00
Total	34 385,11	0,00	34 385,11	33 688,00	0,00	33 688,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	15 746,11	0,00	0,00	15 746,11	0,00	0,00	15 746,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 830,81	0,00	0,00	5 197,27	0,00	0,00	3 489,51
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	21 576,92	0,00	0,00	20 943,38	0,00	0,00	19 235,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				134 595,98			139 442,13
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	842 251,04	838 046,87
Quotas e joias	0,00	0,00
Juros	274,16	299,50
Total	842 525,20	838 346,37

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respectivamente 5 e 5. Os órgãos directivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 69 (44 com contrato no Lar JGPN, 22 com contrato no Lar do Convento, 1 Contrato Emprego IEFP, 2 CEI) e em 31/12/2017 foi de 69 (43 com contrato no Lar JGPN, 20 com contrato no Lar do Convento, 3 estágio Profissional, 3 CEI).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	671 327,72	640 099,77
Benefícios Pós-Emprego	3 036,02	0,00
Indemnizações	1 170,21	534,82
Encargos sobre as Remunerações	146 007,44	141 898,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 240,13	4 994,78
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	7 817,86	29 351,58
Total	834 599,38	816 879,67

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Provisões específicas do setor	791,99	0,00	0,00	791,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	791,99	0,00	0,00	791,99

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2016
Investimentos em subsidiárias	500,00	500,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	500,00	500,00
Total	500,00	500,00

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	9 816,94	11 787,16
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-12 077,62	-10 541,10

Utentes	0,00	0,00
Total	-2 260,68	1 246,06

13.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	161,75	3 451,75
Outras operações	-783,01	-322,99
Outros Devedores	4 761,79	5 593,66
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	4 140,53	8 722,42

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	1 077,94	398,01
Depósitos à ordem	431 886,21	428776,05
Depósitos a prazo	245 000,00	245 000,00
Outros		
Total	677 964,15	674 174,06

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	91 728,35	0,00	0,00	91 728,35
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	3 400 375,03	13 106,43	0,00	3 413 481,46
Excedentes de revalorização	427 000,00	0,00	0,00	427 000,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 221 811,46	0,00	-98 979,55	1 122 831,91
Total	5 140 914,84	13 106,43	-98 979,55	5 055 041,72

13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	12 077,62	10 541,10
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00

Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	12 077,62	10 541,10

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 272,46	1 995,70
Outros Impostos e Taxas	12,00	12,00
Total	3 284,46	2 007,70
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	16 273,95	18 655,43
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	16 273,95	18 655,43

13.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		783,01		322,99
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-4 761,79		-5 593,66
Total	0,00	-3 978,78	0,00	-5 270,67

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos:	366 749,08	353 256,70
ISS, IP – Centro Distrital	364 298,80	0,00
IEFP	2 450,28	
Doações e heranças	9 156,16	875,96
Legados	0,00	0,00
Total	375 905,24	354 132,66

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	74 860,47	68 022,61
Materiais	5 548,43	7 056,12
Energia e fluidos	126 375,45	111 669,42
Deslocações, estadas e transportes	457,02	1 754,39
Serviços diversos	56 963,89	59 010,34
Total	264 205,26	247 512,88

13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 053,35	1 361,08
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2 232,00	95,50
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	25 609,80	27 198,54
Outros rendimentos	100 619,95	109 845,99
Total	130 515,10	138 501,11

13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	584,68	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1 008,49	670,66
Total	1 593,17	670,66

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	3 282,33
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	3 282,33
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	274,16	299,50
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	274,16	299,50
Resultados Financeiros	274,16	-2 982,83

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

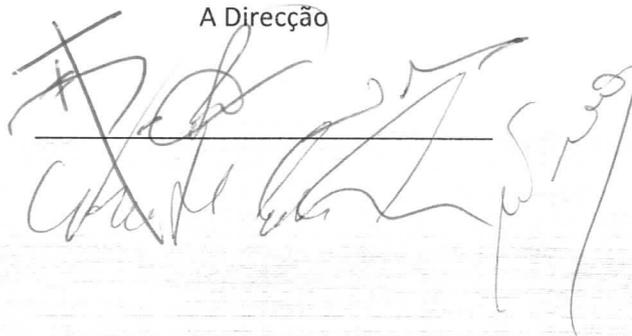
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 08 de Março de 2019.

Castelo de Vide, 31 de Dezembro de 2018

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 354 477,63	4 424 990,05
Bens do património histórico e artístico e cultural		190 552,56	190 552,56
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 545 530,19	4 616 042,61
Activo corrente			
Inventários		19 235,62	20 943,38
Créditos a receber		9 816,94	11 787,16
Estado e outros entes públicos		3 284,46	2 007,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		4 772,49	76,60
Outros ativos correntes		4 923,54	9 045,41
Caixa e depósitos bancários		677 964,15	674 174,06
		719 997,20	718 034,31
Total do ativo		5 265 527,39	5 334 076,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		91 728,35	91 728,35
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3 413 481,46	3 400 375,03
Excedentes de revalorização		427 000,00	427 000,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 122 831,91	1 221 811,46
		5 055 041,72	5 140 914,84
Resultado líquido do período		16 047,05	13 106,43
Total dos fundos patrimoniais		5 071 088,77	5 154 021,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	791,99
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		791,99	791,99
Passivo corrente			
Fornecedores		12 077,62	10 541,10
Estado e outros entes públicos		20 136,47	22 445,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		34 385,11	33 688,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		127 047,43	112 588,58
		193 646,63	179 263,66
Total do passivo		194 438,62	180 055,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 265 527,39	5 334 076,92

A Direção

O responsável

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 354 477,63	4 424 990,05
Bens do património histórico e artístico e cultural		190 552,56	190 552,56
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 545 530,19	4 616 042,61
Activo corrente			
Inventários		19 235,62	20 943,38
Créditos a receber		9 816,94	11 787,16
Estado e outros entes públicos		3 284,46	2 007,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		4 772,49	76,60
Outros ativos correntes		4 923,54	9 045,41
Caixa e depósitos bancários		677 964,15	674 174,06
		719 997,20	718 034,31
Total do ativo		5 265 527,39	5 334 076,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		91 728,35	91 728,35
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3 413 481,46	3 400 375,03
Excedentes de revalorização		427 000,00	427 000,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 122 831,91	1 221 811,46
		5 055 041,72	5 140 914,84
Resultado líquido do período		16 047,05	13 106,43
Total dos fundos patrimoniais		5 071 088,77	5 154 021,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	791,99
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		791,99	791,99
Passivo corrente			
Fornecedores		12 077,62	10 541,10
Estado e outros entes públicos		20 136,47	22 445,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		34 385,11	33 688,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		127 047,43	112 588,58
		193 646,63	179 263,66
Total do passivo		194 438,62	180 055,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 265 527,39	5 334 076,92

A Direção

O responsável

Fundação Nossa Senhora da Esperança
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500875871

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		852.235,92	838.046,87
Subsídios, doações e legados à exploração		375.905,24	354.132,66
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		139.442,13	134.595,98
Fornecimentos e serviços externos		264.205,26	247.512,88
Gastos com o pessoal		834.599,38	816.879,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		130.515,10	138.501,11
Outros gastos		1.593,17	670,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.816,32	131.021,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		103.043,43	114.932,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.772,89	16.089,26
Juros e rendimentos similares obtidos		274,16	299,50
Juros e gastos similares suportados		0,00	3.282,33
Resultados antes de impostos		16.047,05	13.106,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		16.047,05	13.106,43